

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Welington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS

Tuanny Soeiro Sousa

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Ciências, Jurídicas, João Pessoa – Paraíba.

Luama Alves

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Luís – Maranhão.

RESUMO: O presente trabalho utiliza-se de pesquisa bibliográfica e de análise qualitativa de dados coletados durante as ações planejadas pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, com o objetivo de analisar a violência vivenciada pelas travestis profissionais do sexo que trabalham nos pistões de São Luís – MA. O artigo apoia-se em discussões sobre gênero, transexualidade, transfobia e nas relações de poder que baseiam as instituições sociais brasileiras e justificam a exclusão de indivíduos que não se encaixam nos seus padrões heteronormativos. Essa exclusão que coloca tais indivíduos em situação de vulnerabilidade à sua integridade física na busca pela sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Travestilidade. Violência.

ABSTRACT: This paper uses the method

of bibliographic research and data gathered during the projects planned by the Human Rights Secretary of the State of Maranhão with the purpose of analyzing the violence that the *travestis* sex professionals suffer when they work in the “pistões” of São Luís – MA. This paper is supported by discussions of gender, transsexuality, transphobia and relations of power, which are the base of the Brazilian social institutions and justify the exclusion of individuals that do not fit their heteronormative patterns. This exclusion makes these individuals vulnerable in their physical integrity when they pursue their survival.

KEYWORDS: Gender. *Travestility*. Violence.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a violência vivenciadas pelas travestis profissionais do sexo que trabalham nos “pistões”¹ de São Luís (MA), em especial, naqueles localizados nos bairros do São Cristóvão, Turu e Cohab.

Para a presente análise, utilizamos os dados que coletamos durante as ações planejadas pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e

1 Termologia usada pelas profissionais do sexo para designar o local de trabalho.

Cidadania (SEDIHC)² - coordenadora da Política Estadual de Promoção da Cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) - em parceria com a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA), com o objetivo de dialogar com as travestis profissionais do sexo que trabalham nos “pistões”, e descobrir que cursos profissionalizantes tinham interesse de fazer, tendo em vista que a forte estigmatização e marginalização que sofrem em decorrência de como expressam seus gêneros, reservam-lhes exclusões em diversas instituições responsáveis pelos seus empoderamentos (família, escola, universidade), diminuindo oportunidades, inclusive, no mercado de trabalho.

Na ocasião, foram efetivadas quatro visitas aos “pistões” do São Cristóvão, Cohab e Turu, entre agosto e novembro de 2014, momento em que tivemos a oportunidade de realizar entrevistas semiestruturadas com cerca de dezesseis travestis. Apesar das entrevistas terem sido feitas com o intuito de saber seus interesses profissionais, acabamos nos deparando com relatos que expressavam as inúmeras violações de direitos que esses sujeitos sofrem cotidianamente, em especial, pelo preconceito e discriminação.

Nossa abordagem parte do pressuposto de que a categoria humana, a qual costumeiramente é referida como natural e universal, é, na verdade, fruto de representações sociais produzidas em meio às relações de poder e, nesse caso, os sujeitos que fogem das idealizações de humanidade – distanciados dos padrões representativos -, não são considerados completamente humanos.

Os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade, por estarem inseridos nessas dinâmicas de poder e fabricação, também são responsáveis pela abjeção daquelas pessoas que infringem suas normas. Dessa forma, as expressões que rompem com a ordem de coerência sexo-gênero-sexualidade, não somente são marginalizadas, como também ficam suscetíveis ao ódio e à violência, seja ela de natureza psicológica, física, letal ou patrimonial.

Para a melhor compreensão do assunto, dividimos o trabalho em três partes: primeiramente, analisamos o conceito de gênero a partir da teórica *queer* Judith Butler; em seguida, examinamos como os estudos antropológicos brasileiros vêm compreendendo a travestilidade; por último, avaliamos como a transfobia afeta as travestis profissionais do sexo no município de São Luís.

2 | A NORMALIZAÇÃO DO CORPO: O GÊNERO COMO INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DE PODER

No filme *Tomboy*, de Celine Sciamma (2012), a personagem principal, Laure, se apresenta aos vizinhos como Mikael. Ainda no início do filme, a imagem de Laure promove inquietações: seria um menino ou uma menina? As roupas típicas de menino

2 Hoje denominada de Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

– bermudas, camisões, tênis – contrasta diretamente com a imagem feminizada da irmã mais nova, com quem divide brincadeiras até conhecer os meninos das proximidades. É brincando na rua, através da nova identidade – Mikael -, que a personagem tem a possibilidade de aprender mais profundamente, observando os amigos, o que é “ser” um menino. Em determinada cena, Mikael/Laure aparece observando o comportamento de um dos colegas durante um jogo de futebol, a cena seguinte o/a mostra mimetizando as mesmas ações em frente ao espelho, seguida de performances exemplares na frente dos colegas durante o resto do filme: nesse momento, poderíamos dizer que Mikael é uma imitação dos amigos? Seria a sua verdadeira identidade feminina, tendo em vista que nasceu menina? E se existe mesmo essa verdadeira identidade, o que se passa, de fato, com Laure?

Essas questões nos remetem a determinados agrupamentos discursivos que externam sentidos espontâneos, mas que são resultados de dinâmicas invisíveis e jogos de poder que produzem a própria feminilidade e a masculinidade, bem como o ponto de convergência fundante desses sentidos: a sexualidade. Nesse caso, o sexo, o gênero e a expressão do desejo concorrem, ao mesmo tempo, para fabricar o sujeito humano dentro de uma ordem social eminentemente binária e heterossexista.

Conforme ensina Fernandes (2006), somos sujeitos discursivos, ou seja, as nossas práticas sociais produzem sentidos no “seio” da cultura e da história; sentidos esses que estão articulados com os lugares sociais que ocupamos. Conforme desvendou Foucault (2012), esses sentidos estão intrinsecamente ligados ao poder, porque é a partir da imposição dos nossos pontos de vista sobre os demais que conseguimos imprimir o significado que damos às coisas. Logo, os nossos saberes estão impregnados de poder, e a verdade é estabelecida entre técnicas de saber e poder.

Na obra *A Vontade de Saber*, Foucault (2009) observa a inserção da sexualidade dentro da economia do saber como estratégia do poder. Na modernidade, a sexualidade foi produzida muito mais do que reprimida, isso porque vivenciamos uma nova forma de poder muito mais invisível e eficaz, um poder produtivo, um poder que atua sobre a vida mais do que sobre a morte - que é o momento em que o poder lhe escapa -, e que produz sujeitos dóceis e úteis, operando sobre seus corpos, suas saúdes, suas sexualidades: um biopoder. Esse é o momento de fabricação dos sujeitos sexuados; é o momento de fabricação das sexualidades dissidentes, aquelas que se distanciam da norma heterossexual.

Conforme explica Butler (2012), as normas sociais que constroem a nossa existência transportam desejos que não se originam na nossa individualidade, mas a nossa individualidade depende dessas normas sociais. Na tradição hegeliana, esse desejo é conhecido como reconhecimento, e nós nos tornamos seres viáveis através dele. As condições que nos permitem ser reconhecidos como humanos são variáveis e são socialmente articuladas. Além disso, as mesmas condições que conferem a qualidade de “humano”, são aquelas que privam outros dessa qualidade,

produzindo uma diferença entre o humano e o menos humano. Se parte do desejo é obter reconhecimento, então o gênero, na medida em que é animado pelo desejo, buscará reconhecimento. Entretanto, se o projeto que temos à nossa disposição são aqueles que desfazem a pessoa ao lhes conferirem (ou não) reconhecimento, então o reconhecimento é convertido em poder, produzindo o humano diferentemente. A Inteligibilidade pode ser apontado como aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes: o que somos é constituído por normas e depende delas para ter existência.

Ao afirmarmos que o gênero é uma norma, estamos querendo dizer que ele está sempre incorporado em qualquer ator social. A norma rege a inteligibilidade social da ação, mas não é o mesmo que a ação que governa. Isso significa que a norma permite que certos tipos de práticas sejam reconhecidas como tais, impondo uma rede de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que aparecerá ou não dentro da esfera do social.

Conforme observou Butler (2003; 2010; 2012), é a imposição de um mundo eminentemente heterossexual, através de inúmeras técnicas de normalização, a grande responsável pela legitimação da distribuição dos papéis de homens e mulheres como decorrentes de categorias como macho e fêmea. Nesse caso, a verdade do sexo, do gênero e da sexualidade se ancora em uma ordem discursiva – historicamente localizada - que determina os sentidos do natural.

Assim, mesmo antes de nascer, os discursos produtores da feminilidade e da masculinidade criam as imagens dos homens e mulheres de “verdade”. Quando a criança nasce, ela é interpelada a ocupar uma dessas posições a partir da identificação sexuada. A frase “é um menino”, não é uma mera descrição da realidade, mas a própria interpelação para a ocupação de um lugar na ordem do discurso. A reiteração discursiva é uma das muitas táticas de cristalização do gênero nos corpos desses sujeitos. Outras técnicas serão exercidas no âmbito das instituições sociais - como na família, na escola e na mídia - e serão responsáveis pelo reforço e normalização dessas posições. Todas as crianças estão subjugadas a essa fabricação de gênero, em que os discursos investirão na preparação de sua estilização para que os papéis sejam exercidos com êxito.

A partir dessas ideias, Butler (2003; 2010; 2012) propõe que o gênero seja pensado em contornos menos delineados, normativos e definitivos. Assim, para a autora, o gênero é, na verdade, performativo. É a interpretação mimética dos discursos que possibilita que as estilísticas deem vida e forma ao corpo e à identidade. Pensar no gênero como performativo também nos possibilita refleti-lo menos como essência, e mais como trânsito. Assim, quando Beauvoir (2000) afirma que o gênero é um tornar-se, ela não parece dizer que ele já se tornou, na verdade, como observa Salih (2012), ele é um eterno torna-se, nunca cessa e se esgota.

3 | TRAVESTILIDADE E OS CONTRASTE DO CORPO

Em meio a essas ordenações discursivas que produzem o mundo binário e heterossexista, percebemos normas que impõem a coerência sexo-gênero-sexualidade para a determinação da inteligibilidade social e, portanto, aquilo que é compreendido dentro dos jogos de representação. E se as interpretações discursivas diferirem na produção da identidade? Certamente é possível que ocorra, tendo em vista que o gênero não é efeito de um sexo ou natureza, mas de idealizações discursivas mimeticamente interpretada pelos sujeitos. Nesse caso, como compreender as travestis?

A travestilidade é compreendida por Bento (2006; 2008), Duque (2011), Pelúcio (2009) e Coelho (2012), como sendo o fenômeno experienciado por sujeitos que buscam construir nos corpos, através de diversas tecnologias, a feminilidade, interpretando de formas diversas as normas de gênero que determinam que a identidade normal é aquela que segue a coerência e a continuidade do sexo, gênero e sexualidade.

Normalmente, acredita-se que a pessoa transexual é aquela que, tendo nascido com determinado sexo, sente-se como sendo do gênero oposto, de tal forma que crê ter nascido no corpo errado. Nesse caso, a cirurgia de transgenitalização é desejada para adequação do corpo à mente e, portanto, para a correção de um erro da natureza. Já a travesti é pensada como sendo aquela pessoa que sente prazer em travestir-se com roupas do outro gênero. Essa percepção é um reflexo nos discursos decorrentes dos estudos acerca do fenômeno transexual e travesti, e ajudou a fundar essas categorias em um contexto de patologização, desenvolvendo os seus diagnósticos e tratamento, em especial, a partir das teorias de Harry Benjamin (1999).

Entretanto, as diferenças que designam a travestilidade e a transexualidade como categorias distintas, não estão localizadas somente na patologização dessas experiências, mas estabelecidas também nas práticas sociais historicamente localizadas que possibilitaram o delineamento de identidades marcadas por outras interseções. Assim, no caso da travestilidade, firmou-se, no imaginário brasileiro, a imagem das travestis relacionadas à prostituição, criminalidade e uso de drogas. Essa imagem se constituiu, em parte, em decorrência do local em que performances travestis aconteciam, em boates de prostituição, e foi consolidada pela forte exclusão social que esses sujeitos sofreram (LEITE JR, 2011).

No Brasil, o termo transexualidade se popularizou na mídia com o fenômeno Roberta Close nos anos 80. Roberta, que era bonita, de classe abastada, e aparecia constantemente nos programas de TV, nas rádios e nos jornais e revistas voltadas para o público de maior poder aquisitivo, não se parecia em nada com a figura considerada grotesca dos homens vestidos de mulheres que normalmente estampavam as capas dos jornais policiais em situações ligadas à prostituição, à violência e drogas. Pelo contrário, a modelo exortava valores morais e estéticos da verdadeira mulher burguesa, e por isso não poderia ser associada a travestis. (LEITE JR, 2011).

Logo, enquanto no resto do mundo a transexualidade era compreendida como

uma patologia, no Brasil, a sua popularização se deu em decorrência da necessidade de nomear sujeitos que pertenciam a uma classe social mais abastada, ou que possuíam atributos estéticos mais próximos daqueles valorizados como sendo pertencentes aos das mulheres de “verdade” (LEITE JR, 2011; BENTO, 2006; TEIXEIRA, 2013).

A pluralidade de vivências que estão em conflito com as normas de gênero é incontestável. Entretanto, cabe se pensar se realmente existem linhas de convergências que criam identidades distintas entre si, no caso, até mesmo para questões políticas. Logo, existiria uma identidade transexual e uma identidade travesti?

A identidade pós moderna, pensada por Hall (2006) e Bauman (2001), aparece ligada não a uma essência que narra a verdade acerca de um eu bem definido, aut centrado e consciente. Quando pensamos no sujeito, identificamos nele fragmentação, fluidez e transitoriedade. Louro (2010) percebe essas características também no gênero e nas sexualidades, apesar dessas categorias aparecerem tão materializadas e cristalizadas nos corpos binários que chegam a ser confundidas com ontologia. Se não existe uma essência, tampouco características que se unem pra performatizar uma identidade fixa, como o reconhecimento se dá nesse caso específico? Como são criados esses pontos de identificação e diferença? Como esses sujeitos se enxergam e enxergam ao outro?

Butler (2010) explica que a identidade é criada através da negação. Para que o sujeito surja é necessário que exista um “outro” com o qual o “eu” pode se identificar de maneira negativa, ou seja, através do “eu não sou isso”. A categoria humana é apenas a consequência dessa dinâmica, o que significa que para emergir, necessita que o não humano também seja criado. “Essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da “abjeção” – e seu status para o sujeito – como um espectro ameaçador” (BUTLER, 2010, p. 156).

Os sujeitos transexuais das pesquisas de Bento (2006), Teixeira (2013) e Barbosa (2013) se reconhecem através da negação de outras identidades. Essas outras são os abjetos - gays, lésbicas e travestis - que precisam primeiro ganhar vida através da identificação negativa de um “eu não sou isso”, para em seguida serem mortos através dos insultos. A identidade transexual tem sido moldada através da negação dessas outras identidades.

Portanto, o ser transexual ou o ser travesti transpassam a simples designação de que se distanciam uns dos outros pela vontade de ser do gênero oposto ao sexo, ou pelo desejo de realizar cirurgia de transgenitalização. Na verdade, as etnografias sobre travestilidade, mesmo aquelas realizadas durante a década de 90 como as de Kulick (2008), Silva (2007) e Benedetti (2005), não conseguiram encontrar padrões de travestis não se identificando como mulheres, ou de travestis não querendo realizar a cirurgia de redesignação sexual.

Nos estudos mais recentes como o de Teixeira (2013) e Duque (2011), já é possível visualizar a travestilidade sendo incorporada como identidade política e tática

de ressignificação de experiências. Aliás, dentro dos movimentos sociais, enquanto as mulheres transexuais recusam as ligações com outros sujeitos marginalizados, em especial através do reforço do seu status de mulher, as travestis se distanciam ainda mais, agora não porque são as prostitutas, as vítimas, as criminosas, mas porque querem ver-se e serem vistas como humanas.

4 | TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS

As sociedades estabelecem meios de categorizar as pessoas e o total de atributos comuns e naturais para os membros de determinada categoria. Quando um estranho nos é apresentado, alguns aspectos nos permitem prever sua categoria e seus atributos e assim “baseamo-nos nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (GOFFMAN, 2013, p. 12). Esse indivíduo que está em nossa frente pode possuir um atributo que o torna diferente dos demais, podendo ser apresentado de uma maneira menos desejada, uma pessoa “estragada” ou diminuída; essa característica é um estigma. Esses estigmas dão chance para que inúmeras discriminações sejam feitas, e podem diminuir as chances de vida do estigmatizado. Além disso, criamos teorias que justificam a inferioridade do estigma e atribuímos ao nosso vocabulário termos específicos como forma de metáfora, classificação ou representação.

Partindo do conceito de estigma, podemos perceber como alguns indivíduos - dentre eles a população LGBT, pessoas não binárias, ou mesmo heterossexuais que não estão de acordo com as exigências dos gêneros inteligíveis – são diminuídos e hostilizados por outros. O termo homofobia, hoje ampliado para homo-lesbo-bi-transfobia, foi cunhado para dar nome aos preconceitos e discriminações direcionadas a essas pessoas. “A homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2010, p. 13).

O tratamento discriminatório tem papel importante na hierarquização das sexualidades e identidades de gênero, elegendo a heterossexualidade como orientação sexual legítima e a homossexualidade como inferior. De acordo Borrillo (2010), a forma mais eficaz de legitimar uma violência é naturalizá-la, e é justamente situando a heterossexualidade no plano do natural que esse status de superioridade se concretiza.

Ainda que esse conceito pareça englobar todos aqueles que fogem às normas de gênero, Jesus (2014), quando se refere à violência específica direcionada às travestis e pessoas transexuais, prefere utilizar o termo transfobia, compreendendo-o como um conjunto de fatores que agrega preconceito, violações de direitos humanos e fundamentais e violências diversas como ameaças agressões e homicídios.

De acordo com os dados do Relatório Nacional sobre Violência Homofóbica no ano de 2012, foram registrados, no Maranhão, 105 denúncias sobre 201 violações relacionadas à população LGBT, 56% a mais que o ano de 2011, quando foram notificadas 67 denúncias. Dentre essas denúncias, 83 diziam respeito à violência psicológica, 78 à discriminação, 33 à violência física, havendo, no total, 7 registros de homicídio.

Tendo em vista que os dados dessa pesquisa não especificam quem são os sujeitos vítimas das violações – se gays, lésbicas, bissexuais ou travestis e transexuais -, não podemos ter certeza da violência sofrida especificamente pela população trans maranhense, mas já podemos ter uma ideia do contexto de intolerância e discriminação vivida por esses sujeitos³.

Os “pistões” que visitamos - onde muitas travestis são levadas a buscar meios para as suas sobrevivências em decorrência da exclusão motivada pela transfobia - são lugares isolados e violentos, onde as travestis ficam, geralmente, distantes uma das outras. O isolamento em relação às demais maximiza os riscos, principalmente porque alguns lugares podem silenciar a violência, já que esses espaços possuem áreas com matagais nas proximidades. Por esse fator, a guarnição policial foi uma exigência da militância trans maranhense, AMATRA, para a execução das ações.

A região onde mais nos foi relatado violência, foi a Avenida Guajajaras, localizada no bairro São Cristóvão, lugar em que percebemos que as travestis distanciavam-se dos padrões reconhecidos de beleza, ficavam mais dispersas, e os “programas” eram bem mais baratos se comparados aos do Turu. As travestis do Turu conseguem, em um “programa”, o que as da Guajajaras levam a noite inteira para conseguir. Foi onde encontramos, pela primeira vez, Karina⁴, uma travesti de 15 anos, vagando sozinha, em clara situação de vulnerabilidade. Foram ouvidas travestis entre 18 e 30 anos, no entanto, verificou-se a presença de duas adolescentes nos locais, uma de 14 anos, que inclusive, pelo que nos foi narrado, era constantemente vítima de violência física por parte de seus clientes, que negavam-se a pagar pelo serviço prestado. Em uma das agressões, a adolescente teria sido arremessada do carro em movimento.

Foram ouvidas cerca de dezesseis travestis nas quatro sondagens. Os agressores normalmente são policiais, civis, clientes e outras travestis. As agressões são, geralmente, motivadas por concorrência do ponto, roubos, tráfico de drogas e transfobia. Percebemos, nas falas de duas travestis, a legitimação da violência entre elas como algo justificável. Uma dessas falas partiu de Joana, uma travesti que se prostituía no momento em que presenciamos outra travesti ser ameaçada de morte por um cliente, que anteriormente, tentou agredi-la com um pedaço de madeira. Joana afirmou que as agressões ocorriam porque existem muitas travestis ambiciosas, que acham que merecem mais do que o cliente quer pagar e que ela mesma nunca havia

3 Frise-se que os dados nacionais discriminam os sujeitos das violações. Os dados que remetem aos Estados não.

4 Modificamos os nomes das entrevistadas com o intuito de preservar suas identidades.

sofrido violência, porque nunca roubou, e fica satisfeita mesmo que o cliente pague somente dez reais.

Esse mesmo discurso foi sustentado por uma das representantes da AMATRA, Mikaela, que afirmou que as travestis deveriam se unir, espancar as “ladras” e expulsá-las dos pontos. Quando questionada acerca do posicionamento assumido, reforçou que essa é a única forma de resolver esse tipo de problema no “pistão”, e que esse “mundo” tem suas próprias leis. Essas regras também podem ser observadas nas falas de outras travestis maranhenses, como nos relatos de Vanessa, uma travesti que teria migrado do município de Pinheiro para trabalhar no “pistão” do Turu. Vanessa afirma nunca ter sido vítima de violência, principalmente porque anda com uma faca entre os seios para se proteger, e teria, inclusive, acabado de brigar com um cliente que queria lhe pagar somente vinte reais pelo “programa”.

Acreditamos ser relevante deixar nítido que o fato das travestis não identificarem a violência sofrida, não significa que essa violência não exista. Ela é tão naturalizada, que chega a ser invisível. Inclusive porque a imagem da travestilidade tem sido fabricada e reproduzida com atributos negativos, quase sempre relacionada à criminalidade, prostituição e uso de drogas. Nos relatos ouvidos, conseguimos identificar essa mesma imagem na voz dessas travestis, que por isso, defendem a máxima conservadora de que “bandido bom é bandido morto”, merecendo morrer e apanhar para aprender.

O roubo pode ser descrito como o artifício usado por muitas travestis para burlar as situações em que os clientes deixam de pagar pelos seus “programas”. É também considerado a maior motivação para as violências físicas e, segundo relatos, é o que provoca insegurança no local, pois quando um cliente sente-se lesado, ele retorna com o intuito de vingar-se, chegando, às vezes, a descontar sua fúria em qualquer outra travesti que esteja no local, caso não encontre a pessoa que o lesou.

Notamos que, dentre múltiplos fatores que levam as travestis a serem vítimas de violência, o gênero pode ser apontado como determinante para o incentivo à intolerância. A exclusão ocorre como uma maneira de punir a infração à norma, e essa mesma exclusão é o que leva as travestis para a perigosa vivência dos “pistões”. Cientes de que esses ambientes são perigosos, poderíamos entender os roubos e os furtos como estratégias de sobrevivência; uma maneira de resistir e contestar a norma e a ordem social hegemônica.

O tráfico de drogas apareceu no relato de uma travesti chamada Ruth, que se prostitui há três anos no mesmo ponto da Forquilha. Ruth afirmou que, na semana em que ocorreu a segunda visita ao “pistão”, duas travestis haviam sido brutalmente assassinadas, inclusive, com uma delas sendo esquartejada. Questionada acerca da motivação do crime, afirmou: “elas sabiam demais”. Relatou, também, que ela mesma já havia sido vítima de violência advinda de policiais, e que as agressões só tinham cessado nos últimos tempos, porque estava se relacionando com um delegado.

Quanto à violência praticada por policiais, ainda na primeira visita, foi relatado que, no bairro do Turu, policiais da Rotan estariam disparando contra as profissionais

do sexo daquela região “bombas de murrão” para assustá-las. Na segunda visita, percebemos agressões de outra natureza: as travestis relataram que alguns civis passavam gritando “deboches” e jogando ovos. Além disso, expuseram que eram ameaçadas e induzidas a pagar pedágio para outras profissionais.

A maioria das entrevistadas descarta que a motivação das agressões seja a transfobia. Percebemos que as próprias vítimas são consideradas culpadas das violências sofridas. Dessa maneira, a percepção de existência de transfobia foi nossa, pois acreditamos que esse tipo de violência se caracteriza de muitas maneiras distintas, incluindo as expulsões de ambientes empoderadores, e a própria falta de oportunidade no mercado de trabalho, que coage as travestis maranhenses a buscar outras formas de sobrevivência.

Assim, a vulnerabilidade que esses sujeitos vivenciam nesses espaços, possibilita que uma série de violações de direitos humanos e fundamentais sejam efetivadas, seja pelo próprio poder público, que de maneira passiva, timidamente vem reconhecendo os efeitos de uma sociedade eminentemente heterossexista, ou que de maneira ativa, executa essas violações nas figuras dos próprios policiais; seja por particulares que, por vezes, literalmente matam aos outros com o intuito de afirmarem suas próprias identidades.

5 | CONCLUSÃO

Como pudemos ver, a vida torna-se impossível sem inteligibilidade social. O fato de algumas pessoas serem tratadas como menos humanas que as demais, faz com que sejam marginalizadas e excluídas para zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, onde estão suscetíveis a violências e violações diversas.

Durante o desenvolvimento do artigo, abordamos o gênero como uma norma social produzida pelo poder/saber que fabrica sujeitos dóceis e úteis, sendo este poder exercido nos corpos e vivências dos prazeres dos indivíduos que nela se insere.

Examinamos, também, o conceito de travestilidade, reconhecendo a pluralidade de vivências que estão em conflito com as normas de gênero. Essas etapas foram fundamentais para o entendimento da terceira sessão, momento em que compartilhamos nossas experiências nos “pistões” de São Luís, onde tivemos acesso a diversos relatos de violência.

A partir desse estudo, pudemos concluir que, ao trabalhar nos “pistões”, as travestis profissionais do sexo estão sujeitas a violências diversas, estas, por vezes, físicas e letais. A vulnerabilidade pode ser apontada como uma característica marcante dos sujeitos que participam das dinâmicas noturnas desses espaços, marcados tanto pela visibilidade que a rua proporciona, quanto pela invisibilidade que demarca as experiências dos sujeitos marginais.

Apesar desses corpos serem *locus* de investimento normalizador impulsionado

pelas normas de gênero e pela divisão binária do mundo fundamentada na heterossexualidade compulsória, acreditamos ser também um lugar de subversão e de ressignificação discursiva.

RERERÊNCIAS

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**. O corpo e o gênero da travesti – Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Harry. **The Transsexual Phenomenon**. – Dusseldorf: Symposium Publishing, 1999.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual**. – Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília, DF, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

_____. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Routledge, 2012.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COELHO, Juliana Frota da Justa. **Ela é show**. Performances trans na capital cearense. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

DUQUE, Tiago. **Montagem e desmontagem**. Desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. – São Paulo: Annablume, 2011.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos (SP): Claraluz, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2009.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Transfobia e crimes de ódio**: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. Disponível em: <http://www.historiagora.com/dmdocuments/Artigos/Histria%20Agora%20-%20n.16/.7_artigo_6_it2transfobia_e_crimes_de_dio.pdf>. Acesso em: 05/02/2014.

KULICK, Don. **Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE, Jorge Jr. **Nossos corpos também mudam**. A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. – São Paulo, Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer** – Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCIAMMA, Céline. **Tomboy**. França, 2012.

TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes – poderes que (con)formam a transexualidade. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

